

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI - Nº 1.046 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 29 DE FEVEREIRO DE 2000



Simon: governo falha na missão de criar regras estáveis para os salários



Ademir: decisão de juízes estimula realização de grande greve nacional



Jefferson: solução para abortar greve deixa mal a Justiça

PLENÁRIO DEBATE REIVINDICAÇÃO SALARIAL DOS MAGISTRADOS

O movimento organizado em todo o país pelos magistrados, reivindicando reajuste salarial, foi tema de debate no Plenário do Senado ontem. Jefferson Péres afirmou que a anunciada greve dos juízes foi "extremamente danosa

para as instituições". Pedro Simon acredita que os governos não têm encontrado fórmulas estáveis para os salários do setor público. Ademir Andrade acha que movimento encoraja a realização de uma "grande greve nacional".

PÁGINA 5

**CAE VOTA
INCENTIVOS PARA
PEQUENO E MÉDIO
AGRICULTOR**

PÁGINA 3

Projeto cria multas pesadas para quem poluir as águas

Plenário vota hoje proposta que trata da prevenção e do controle da poluição por petróleo ou derivados em águas sob jurisdição nacional. Multas podem chegar a R\$ 50 milhões



Jorge Bornhausen, autor do projeto

**CCJ discute hoje
o Código do
Contribuinte**

PÁGINA 2

Relator do projeto sobre poluição das águas na CCJ deverá sugerir ao Plenário a adoção de um substitutivo destinado a atualizar a proposta original, enviada ao Congresso pelo Executivo em 1992



Na pauta da sessão deliberativa de hoje à tarde, o Senado deverá votar projeto de lei que, tramitando em regime de urgência, disciplina formas de proteger os mananciais de água do país contra agressões provocadas por vazamentos ou derramamentos de petróleo e derivados, ou outras substâncias igualmente nocivas. Além de sanções administrativas e penais, os responsáveis pela poluição de baías, rios e lagos passarão, se aprovado o projeto, a ser punidos com multas que vão de R\$ 7 mil a R\$ 50 milhões.

PÁGINA 3

**CAS analisa saúde
suplementar e CE
vota concessões
de rádio e TV**

PÁGINA 3

CCJ analisa projeto do Código de Defesa do Contribuinte

Proposta procura garantir os direitos das pessoas físicas e jurídicas junto ao fisco

O projeto de lei complementar que estabelece os direitos do contribuinte em relação ao fisco, apresentado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), é o único item da pauta da reunião extraordinária que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje, após a Ordem do Dia da sessão deliberativa do Senado.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, Edison Lobão (PFL-MA), que manteve a íntegra do texto original e considerou necessário fazer apenas emendas de redação. Conforme o relator, o projeto, denominado Código de Defesa do Contribuinte, responde "à necessidade premente de recuperar o contribuinte brasileiro de uma posição de preocupante fragilidade que hoje ocupa perante as fazendas públicas federal, estaduais, distrital e municipais".

Elaborado por uma equipe de economistas reunidos pelo Instituto Tancredo Neves, ligado ao PFL, o projeto fixa normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária dos contribuintes com a administração fazendária da União, estados, municípios e Distrito Federal, e estabelece limitações à atuação do fisco. Assim como o Código de Defesa do Consumidor, o projeto também atribui ao Ministério Público a função de defesa do contribuinte.

Segundo o parecer de Lobão, o Capítulo III da proposta detalha os direitos do contribuinte. Destacam-se, entre eles, a garantia de acesso

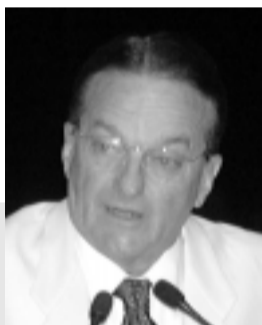
à identificação de funcionários, a obrigatoriedade de o servidor prestar informações por escrito, assim como a garantia de o contribuinte não sofrer punição pecuniária caso recorra à via judicial para efetuar pagamentos.

Pelo projeto, o contribuinte passará a receber o mesmo tratamento assegurado à administração fazendária no que se refere a pagamentos, reembolsos, juros e atualizações monetárias. Terá também o direito de ser assistido por advogado, de receber comprovantes de material entregue ou apreendido pela fiscalização e de ser informado dos prazos para pagamento de prestações.

O projeto assegura ao contribuinte o direito de receber resposta fundamentada a pleito encaminhado à Fazenda e parcelar débitos tributários. Já as diligências realizadas pela Receita só poderão recorrer à utilização de força policial se houver determinação judicial.

Será garantido ao contribuinte que tenha processo administrativo ou judicial pendente de conclusão o direito de participar de licitações e ter acesso a linhas oficiais de crédito.

Ao contrário da prática atual, a proposta de Bornhausen impede que o contribuinte continue sendo considerado inadimplente após o parcelamento do débito tributário. O projeto proíbe a divulgação, na imprensa, de nomes de contribuintes em débito com a administração fazendária.



Jorge Bornhausen é o autor do projeto de lei que a CCJ examinará



TERÇA-FEIRA, 29 DE FEVEREIRO DE 2000

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 37/96, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de petróleo e seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional; *PR nº 11/2000, que autoriza a União a contratar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Dívida da República de Moçambique com o Brasil, no valor equivalente a US\$ 150,8 milhões, com base na Ata de Entendimentos de 21/11/96, celebrada no âmbito do chamado Clube de Paris; *PR nº 12/2000, que autoriza a prefeitura municipal de Cachoeirinha (RS) a contratar operação de crédito junto ao Fundopimes, cujo órgão gestor é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), no valor de R\$ 2 milhões, destinada a financiamento de investimento em infra-estrutura urbana; e *PDL nº 128/99, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação João Paulo II para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cachoeira Paulista (SP).

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

1ª parte:

Pauta: *PLS nº 215/97, acrescenta parágrafo ao art. 463 da CLT, que assegura ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; *PLS nº 543/99, que dispõe sobre o seguro-garantia; *PLS nº 177/96, que dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento; *PLS nº 258/95, que cria área de livre comércio em Brasília (DF); *PLS nº 573/99, altera dispositivos da Lei nº 9.427/96, institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; *PLS nº 604/99, que dispõe sobre a alíquota aplicável à receita bruta mensal da microempresa inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Imposto e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), de que trata a Lei nº 9.317/96; *PLS nº 72/99, que revoga o caput do art. 83 da Lei nº 9.430/96; *PLS nº 68/99, acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei nº 9.250/95, que altera a legislação do imposto sobre a renda das pessoas físicas; *PLS nº 173/99, acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre política agrícola; *Mensagem nº 62/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de EUR 28,7, de principal, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinada ao financiamento de 85% de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela Carl Zeiss Jena GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; *Mensagem nº 63/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de EUR 5 milhões, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinada ao financiamento de 15% (parcela à vista) de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela Carl Zeiss Jena GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; e *Mensagem nº 253/99, que propõe ao Senado seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com o Banco JIBC — Export — Import Bank of Japan e a Marubeni, no valor de 6,8 bilhões de reais, a fim de que possa dar continuidade ao processo de modernização, referente ao Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (Paste).

2ª parte: Audiência pública destinada a instruir o *PLC nº 4/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Convidados: Os presidentes da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, conselheiro Flávio Regis Xavier de Moura e Castro, e da União Nacional dos Legislativos, deputado Miguel Martin. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: *PLC nº 59/99, que institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; *PLS nº 286/99, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta; *PLS nº 228/99, que dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas universidades federais; *PLS nº 22/99, que denomina Rodovia Governador Hélio Campos trecho da BR-174; *PLS nº 360/99, que denomina Governador Edmundo Pinto trecho da Rodovia BR-364; *PLS nº 615/99, altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; *PLS nº 529/99, que institui o Dia do Advogado a ser celebrado em 11 de agosto; *PLS nº 395/99, que dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos — estudantes ou profissionais — no valor do ingresso em espetáculos musicais; e *PDLs que renovam permissões e concessões outorgadas para exploração de serviços de radiodifusão de som. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

15h — Comissão Mista para analisar a "Medida Provisória nº 1972-10, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante.

Pauta: Audiência pública com o diretor do FIES, Floriano Antônio Pisaro. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência Pública com a finalidade de apresentar a estrutura e funções da Agência Nacional de Saúde e a Legislação condensada dos Planos e Seguros de Saúde

Convidados: Januário Montone, João Luís Barroca Andréa e Maria Estella Gregori, dirigentes da Agência Nacional de Saúde. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Após a Ordem do Dia — Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania

Pauta: *PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e garantias do contribuinte. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 24/99, dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); *PDL nº 140/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à JPB Empresa Jornalística Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lages (SC); *PDL nº 52/99, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Aparecida (SP); *Requerimento nº 784/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 630/99, com os PLS nºs 391 e 399, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; e *Requerimento nº 790/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 332/99, de sua autoria.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); *Requerimento nº 771/99, do senador José Eduardo Dutra, solicitando que sobre o PLS 522/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; e *Requerimento nº 794/99, do senador Gilvam Borges, solicitando que sobre o PLS nº 510/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLS nº 92/99, altera a Lei nº 9.068, de 18.2.98, que dispõe sobre o trabalho voluntário; *PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodio, equiparando-o a atleta profissional; emenda oferecida no turno suplementar ao substitutivo do *PLS nº 112/99, altera a redação dos arts. 25, 26, 71, e 73 da Lei nº 8.213, de 24.07.91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências estendendo o salário maternidade à trabalhadora autônoma; *PLC nº 31/95, que dá nova redação ao § 1º do art. 239 da Consolidação das Leis do Trabalho; *PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; emendas oferecidas ao *PLS nº 64/96, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes; *PLS nº 530/99, que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; *PLS nº 388/99, altera o artigo 57 da Lei nº 6.360, de 23.09.76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos; *PLS nº 474/99, que institui o Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B; *PLS nº 660/99, que torna obrigatória concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física; e *PLC nº 73/96, que revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 49/99, altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91, e o Decreto-Lei nº 288/67, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação; *PR nº 1-CN, regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506/97, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado, do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União Federal; *PLS nº 184/99, que dispõe sobre isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos; *PLS nº 109/99, altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional; *PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; Emendas de Plenário de nºs 2 a 4 ao *PLS nº 23/98, que autoriza o Poder Executivo a incluir municípios de Minas Gerais situados no entorno do Distrito Federal, na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal; *PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90; *PLS nº 205/99 (terminativo), que acrescenta o parágrafo 1º ao artigo 9º da Lei nº 4.591/64; *PLS nº 268/99 (terminativo), que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; e *PLS nº 327/99, que dispõe sobre a gratuidade da realização de exames de Código Genético (DNA) para instruir processos de reconhecimento de paternidade. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

ESPECIAL

Quarta-feira

Cultura ao Meio-dia

Filme: Soldado do Futuro, de Paul Anderson. Auditório Petrólio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota hoje controle de poluição das águas

Projeto fixa multas entre R\$ 7 mil e R\$ 50 milhões, além de sanções administrativas e penais, para quem lançar petróleo, derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional, como os mares e rios

O Plenário aprecia hoje o projeto de lei que disciplina a prevenção e o controle da poluição causada por lançamento de petróleo, seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional. O projeto tramita em regime de urgência e já conta com parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), elaborado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR). O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), deverá apresentar seu parecer diretamente em Plenário.

Caso o texto seja aprovado, os responsáveis passarão a ser punidos com multas que vão de R\$ 7 mil a R\$ 50 milhões, além de outras sanções administrativas e penais. O projeto foi incluído na pauta da convocação extraordinária do início do ano logo após a chegada ao Congresso Nacional de mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso solicitando que a proposta tramitasse em regime de urgência constitucional. O pedido seguiu-se ao vazamento

de petróleo ocorrido na baía de Guanabara, após acidente com um duto operado pela Petrobras. O Senado precisa se pronunciar sobre a proposta no prazo de 45 dias a partir da chegada da mensagem presidencial.

O senador Lúcio Alcântara deverá sugerir a adoção de um substitutivo destinado a atualizar a proposta original, submetida pelo Poder Executivo ao Congresso em 1992 e enviada ao Senado em 1996, depois de ser aprovada pela Câmara. Segundo o substitutivo, independentemente de prévia autorização e de pagamento de multa, a entidade exploradora de porto organizado, o proprietário ou operador de plataforma ou de navio e empresa autorizada a exercer atividade petrolífera, responsáveis por descarga de material poluente em águas sob jurisdição nacional, ficam obrigados a ressarcir aos órgãos competentes pelas despesas efetuadas para o controle da poluição causada.

De acordo com o texto a ser apreciado pelos senadores, todo porto organizado, instalação por-

tuária e plataforma disporá obrigatoriamente de instalações ou meios adequados para o recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos e para o combate da poluição. As entidades exploradoras de portos e os proprietários ou operadores de plataformas deverão ainda elaborar manual de procedimento para o gerenciamento de riscos, além de preparar planos de emergência individuais para o combate à poluição por óleo e substâncias nocivas ou perigosas. Será aplicada multa aos responsáveis pelo descumprimento dessas normas.

OUTROS ITENS

Também estarão em pauta a autorização para contratação de crédito pela prefeitura de Cachoeirinha (RS), a concessão de uma emissora de rádio em Cachoeira Paulista à Fundação João Paulo II e a proposta de reestruturação da dívida de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 150,8 milhões, de acordo com entendimento firmado entre os dois países em novembro de 1996, no âmbito do Clube de Paris.



Na sessão de hoje, senadores também deverão votar proposta de reestruturação da dívida de Moçambique com o Brasil



Comissão de Assuntos Econômicos aprecia hoje três autorizações de empréstimos

CAE aprecia incentivo a pequeno agricultor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, para examinar uma pauta de 12 itens, que inclui três autorizações de empréstimos e quatro matérias com decisão na comissão em caráter terminativo. Entre essas, está projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que possibilita prioridade na concessão de incentivos agrícolas para pequenas e médias propriedades rurais, com parecer favorável do relator, senador Freitas Neto (PFL-PI).

Quanto aos empréstimos, a comissão examinará autorização de contratação de crédito de cerca de US\$ 48,2 milhões para as instituições federais de ensino superior e hospitais universitários, e um segundo empréstimo, no valor pró-

ximo a US\$ 8 milhões, para o mesmo fim. O outro pedido de empréstimo a ser examinado pela comissão destina-se ao processo de modernização do Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (Paste), no valor aproximado de US\$ 62,4 milhões.

A CAE examina ainda um segundo projeto de Lúcio Alcântara, em caráter terminativo e com parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA), que permite a dedução no Imposto de Renda das pessoas físicas de despesas com a compra de livros e assinaturas de jornais e revistas. Os senadores vão deliberar também sobre projeto de autoria do senador José Jorge (PFL-PE) que estende a todos os

tipos de aproveitamentos energéticos de pequena potência os benefícios que são atualmente concedidos às pequenas centrais elétricas. A matéria tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Também na manhã de hoje a comissão realiza audiência pública para debater com o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski, a Lei de Responsabilidade Fiscal. O senador Jefferson Péres, que solicitou a audiência, pretende com essa iniciativa avaliar as conseqüências imediatas da nova legislação. Serão ouvidos também representantes de prefeituras, câmaras de vereadores e tribunais de contas.

CAS discute legislação de saúde suplementar

Uma audiência pública com o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Januário Montone, e os diretores João Luís Barroca Andréa e Maria Estella Gregori será realizada hoje, após a Ordem do Dia, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Eles devem prestar informações sobre a estrutura e as funções da agência,

criada no final do ano passado pelo governo. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) foi o autor do requerimento para a realização da audiência pública, em que também será discutida a legislação condensada dos planos e seguros de saúde. Os membros da CAS debaterão, ainda, a destinação de recursos para a saúde pública.

CE examina 26 projetos de concessões de rádios e TVs

Para deliberar sobre pauta de 34 itens, a Comissão de Educação (CE) se reúne hoje, às 11h30. Os senadores examinarão 26 projetos de decreto legislativo que renovam concessões e permissões em favor de emissoras de rádio e TV. Na mesma reunião, os senadores votarão projetos que instituem o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o dia 11 de agosto como o Dia do Advogado. O primeiro projeto tem parecer favorável do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) e o segundo tem

parecer, pela rejeição, do senador Amir Lando (PMDB-RO).

A CE tem em sua pauta ainda projeto de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que dá a trecho da BR-174 o nome de Rodovia Governador Hélio Campos, e outro do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), que denomina Governador Edmundo Pinto trecho da rodovia BR-364.

Projeto de Maguito Vilela (PMDB-GO), com parecer favorável do senador Artur da Távola (sem partido-RJ), trata da concessão de descontos para músicos no ingresso de espetáculos musicais.

Projeto que garante recursos para o COB vai à Câmara

Aprovada em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos, proposta do senador Pedro Piva destina ao Comitê Olímpico Brasileiro 2% da arrecadação bruta das loterias federais, deduzidos os prêmios pagos aos apostadores

O Senado encaminhou ontem à Câmara dos Deputados projeto de lei do senador Pedro Piva (PSDB-SP), aprovado de forma terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos, que destina ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país, deduzidos os prêmios pagos aos apostadores.

Em dinheiro, conforme previsão de técnicos da Caixa Econômica Federal, o comitê deverá receber por ano cerca de R\$ 40 milhões. Trata-se de uma quantia muitas vezes superior ao recebido atualmente pelo COB, que se baseia na arrecadação líquida de um teste da loteria esportiva. Nos últimos anos, com a criação de outras modalidades de loterias, a esportiva perdeu importância e, conseqüentemente, arrecadação.

O projeto determina ainda que o Comitê Paralímpico Brasileiro receba anualmente a renda líquida de um dos testes da Loteria Esportiva e, nos anos de realização de Jogos Olímpicos e de Jogos Pan-Americanos, a renda de um segundo teste, para custear a participação de delegações nacionais nesses eventos.



Piva vê no esporte uma forma eficiente de evitar que menores carentes se envolvam com drogas

Ao justificar seu projeto, Pedro Piva afirma que o esporte é uma das formas mais eficientes para evitar que menores carentes se envolvam com drogas e delinquência, e o comitê terá que incentivar o esporte nas áreas mais pobres. Na Comissão de Assuntos Econômicos, o relator do projeto, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), fez algumas alterações na proposta original, prevendo inclusive que o Comitê Olímpico poderá fazer convênios com escolas e prefeituras para que sejam executados programas de educação esportiva durante o ano inteiro.

Tião Viana critica modelo de atendimento à saúde mental no país

Ao criticar o modelo brasileiro de atendimento à saúde mental, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou ontem que o país pouco avançou nos últimos dez anos no atendimento às pessoas portadoras de doenças mentais. Ele recomendou ao Ministério da Saúde que incorpore as normas contidas na Declaração de Caracas das organizações Panamericana e Mundial de Saúde, proclamada em 1990, com o objetivo de reestruturar o processo de assistência psiquiátrica.

Segundo Tião Viana, a declaração, de forma clara e concisa, recomenda aos países membros que “superem” o hospital psiquiátrico como lugar privilegiado da atenção em saúde mental, relembra os princípios da atenção comunitária, da organização locoregional dos serviços, e exorta

os governos, os profissionais de saúde e a sociedade a “respeitem os direitos das pessoas com transtornos mentais”.

O senador informou que, de acordo com dados do ministério de 1991, 86 mil leitos em 313 hospitais – que representavam 19,8% de todos os leitos do Sistema Único de Saúde – eram ocupados por pessoas portadoras de problemas psiquiátricos, por um período de internação, em média, de 100 dias, a um custo de US\$ 262 milhões por ano.

– Esses dados evidenciam a mazela social em que se havia transformado essa área, com esse inadequado e superado modelo de assistência – afirmou.

Tião Viana lembrou que, após dez anos da Declaração de Caracas, o Brasil avançou muito pouco. A legislação brasileira, disse, é precária



Para Tião Viana, país pouco avançou nos últimos dez anos no atendimento às doenças mentais

e insuficiente, e ignora a necessidade de se defender as pessoas portadoras das patologias mentais, que atingem de 30% a 40% dos atendimentos ambulatoriais de saúde primária. “Lamentavelmente, as autoridades ainda tratam com indiferença o problema da saúde mental no Brasil”, concluiu.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que presidia os trabalhos da sessão plenária, associou-se às preocupações manifestadas por Tião Viana.

Jucá quer esclarecimentos sobre rejeitos nucleares

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou ontem que vai apresentar requerimento na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para que o Senado analise denúncia da imprensa de que mais de seis mil tambores com rejeitos nucleares da Central Nuclear de Angra dos Reis estariam sendo estocados de forma irregular. O parlamentar quer a convocação da presidente do Ibama, Marília Marreco Cerqueira, e do presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), José Mauro Esteves dos Santos, para discutirem medidas como a renovação da licença ambiental do complexo nuclear e esclarecerem se existe algum risco para a população.

Jucá pretende também debater a continuidade da construção de Angra III “e a aplicação de recursos vultosos no complexo nuclear, enquanto em todo o mundo tem caído o investimento em centrais nucleares para fornecimento de energia elétrica”. Em seu dis-



Jucá diz que está caindo o investimento em centrais nucleares para produção de energia elétrica

curso, foram anexadas notícias de jornal que demonstram as providências tomadas pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, solicitando fiscalização para esta questão específica. O senador destacou ainda que a Procuradoria Geral da República estaria abrindo inquérito para investigar a acusação de que esses rejeitos nucleares gerariam perigo para a população.

Senado envia voto de pesar à família de Marco Antônio Vilaça

O Senado enviará voto de profundo pesar aos familiares do marchand Marco Antônio Vilaça, falecido no início deste ano. Requerimento neste sentido, de autoria do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), foi aprovado ontem.

Em seu discurso, o senador frisou que a morte de Vilaça foi noticiada por jornais da América Latina, Europa e Estados Unidos, que destacaram o papel que Vilaça desempenhou no mundo das artes. Conforme Geraldo Melo, Vilaça deixou uma marca em seus 38 anos de vida. “Ele era respeitado entre os que convivem diariamente com a arte e conhecido pela promoção dos jovens artistas brasileiros”. Melo apresentou sua solidariedade ao pai do artista, Marcos Vilaça, ministro do Tribunal de Contas e membro da Academia Brasileira de Letras.

Vários senadores se associaram

à homenagem. Francelino Pereira (PFL-MG) se disse surpreso com o falecimento de Vilaça. “O golpe é maior quando a morte atinge a pessoa em sua plena capacidade”, salientou. Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou sua amizade com o ministro do TCU. “Calculo como deve ter sido terrível este começo de ano para ele”, observou. Ao apresentar sua solidariedade, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) lembrou também o apreço de que o ministro goza no Amazonas.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), que frisou a dor de um pai que perde um filho jovem, Marcos Vilaça tinha enorme orgulho do filho artista. Com emoção, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apresentou suas condolências lamentando que “a vida de um artista tinha sido ceifada”. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) também manifestou solidariedade aos familiares de Vilaça.

Plenário lamenta morte de fundador do ITA

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) de envio de voto de pesar a familiares e ao governo do Ceará, pelo falecimento aos 95 anos de idade, do marechal-do-ar Casemiro Montenegro Filho, ocorrido no último sábado, dia 26. Alcântara lembrou que o marechal tornou-se uma figura lendária na Aeronáutica brasileira devido à sua participação na fundação do Correio Aéreo Militar (CAM), do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), onde se formaram os engenheiros responsáveis pela construção aeronáutica no Brasil.



Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

0800 612211 – A Voz do Cidadão

JOSÉ FERREIRA NETO (MISSÃO VELHA, CE)

“Quero registrar e agradecer o recebimento do encarte especial da edição nº 1000. Acredito que depois da leitura desse valioso jornal adquiri mais conhecimentos políticos e sociais sobre o Brasil do que em todos os livros que já li acerca do assunto. Gostaria de enfatizar que os vários problemas econômicos, sociais e políticos que afetam o nosso país estão atrasando o desenvolvimento do Brasil. Os principais são: juros exorbitantes da dívida externa, as desigualdades salariais, desvios de verbas destinadas às construções de obras públicas e tráfico de drogas. No tocante à política externa, acho que deveríamos exportar mais e importar menos. Faço a divulgação de tudo o que leio no jornal, oralmente, ao povo de minha cidade e de toda a região do Cariri, onde ela está encravada.

Agradeço, enfim, o envio do *Jornal do Senado* no decorrer de 1999 e aproveito a oportunidade para parabenizar os seus funcionários e toda a equipe de dirigentes e redatores. Espero que neste ano de 2000 o jornal aumente mais ainda sua tiragem.”

HOERLDO NATERCIO BARROS ALMEIDA (DUQUE DE CAXIAS, RJ)

“Nosso Senado é agora mais do que nunca o baluarte da democracia, notadamente sob a presidência do destemido e respeitável senador Antonio Carlos Magalhães. Para cristalizar esse bellissimo trabalho de vanguarda política em defesa dos lúdimos interesses nacionais, existe ainda esse magnífico *Jornal do Senado* — órgão de divulgação sobre o que acontece na pléiade de valores da política cultural e principal do Brasil. Via de regra, procuro ler esse jornal, mas é difícil encontrá-lo em Duque de Caxias, onde advogo nas áreas do Direito do Trabalho, da Família, Civil e Criminal. Necessito, diariamente, de reforço cultural e informativo para melhor substanciar os meus 30 anos de prática forense. Além de excelente formador de cultura, o *Jornal do Senado* é redigido com muita eficácia e total respeito ao nosso vernáculo. Portanto, gostaria de recebê-lo com regularidade em meu escritório de trabalho.”

AURÉLIO R. DIAS (RIO DE JANEIRO, RJ)

“Pela presente, venho agradecer a atenção pelo envio do *Jornal do Senado*, que divulga os pronunciamentos e projetos de maior destaque da representação parlamentar do Senado Federal. Faço votos que o ano 2000 seja uma nova etapa plenamente realizadora no plano pessoal e profissional para todos os integrantes deste veículo de comunicação. Sem mais, finalizo, na expectativa de continuar recebendo esse valioso mensageiro do nosso regime democrático.”

SANDRO R. M. DE OLIVEIRA RIOS (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, AL)

“Acompanho o noticiário do *Jornal do Senado* há algum tempo e sinto que esse pode vir a ser um importante veículo, no sentido de estimular o acompanhamento, pelos brasileiros, das atividades do Senado Federal.

A maneira como registra as pautas tratadas pelos senhores senadores e senadoras deixa claro o intuito do informativo: apresentar o Senado de

CARTAS

Endereço:
Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006
Brasília — DF — 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

forma mais acessível e integrada aos anseios da comunidade. Desejaria receber o *Jornal do Senado* em minha residência, a fim de torná-lo mais popular entre os membros de minha comunidade.”

FERNANDO G. SAMPAIO, REITOR DA ESCOLA DE GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA D. JOÃO VI (PORTO ALEGRE, RS)

“É com muito prazer que lhe dirigimos a presente, para solicitar a inclusão do nosso nome em sua lista de envio regular do *Jornal do Senado*, bem como de outras publicações de que, eventualmente, disponham ou venham a publicar. Esse material será de grande utilidade para nossos cursos regulares, que são o pensamento geopolítico e estratégico para o século XXI e os seminários sobre a globalização, além de outros cursos esporádicos.”

GUIDO SCANSERLA JÚNIOR (ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA, SP)

“Sou contra a proibição da venda de armas. O que precisa ser feito é vedar o uso delas, ou seja, proibir o porte. Afinal, no Brasil qualquer pessoa pode comprar armas ilegalmente. Em vez de proibir a venda de armas, o governo deveria realizar, em caráter permanente, o desarmamento dos bandidos. Estes, sim, andam constantemente armados e cometendo, diariamente, os mais bárbaros crimes.”

JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA BORGES (UBERLÂNDIA, MG)

“Não acredito que esse projeto que proíbe o porte e a venda de armas possa ser útil para as pessoas. Na minha opinião, a proposta, caso seja aprovada, vai tornar os cidadãos ainda mais vulneráveis à ação de marginais. Ela não reduz a violência e nem traz tranquilidade ao povo.”

PAULO BISPO XAVIER (OSASCO, SP)

“Estou desempregado, mas já trabalhei em Osasco, onde me cadastrei no PIS. Fiquei de receber as parcelas de garantia, mas até agora (desde 1995) não me pagaram aquilo que por direito é meu. Aproveito a oportunidade para fazer um apelo aos senhores senadores: será que eles não poderiam fazer algo em defesa das pessoas que, como eu, esperam receber seus direitos trabalhistas? Ficariamos imensamente gratos.”

MARCOS PEREIRA DO NASCIMENTO (NOVA IGUAÇU, RJ)

“Gostaria de fazer uma sugestão aos Detrans de todo o país. Eles deviam reaproveitar os carros que estão abandonados nos pátios dos seus estacionamentos e que nunca são retirados pelos seus proprietários. Os veículos seriam destinados a órgãos públicos que não dispõem de carros suficientes para suprir suas necessidades, como hospitais, postos de saúde, delegacias de polícia, escolas, câmaras legislativas, entre outros.”

SOFIA BARROSO BRAGA DA COSTA (MANAUS, AM)

“Estou revoltada com o que estão fazendo com o Brasil. Essa quantidade derramada de óleo na baía de Guanabara foi proposital. Os estrangeiros é que administram o Brasil e ninguém faz nada. Tenham pena de nossa população pobre, senhores senadores. Não aceitem mais as interferências externas sobre o nosso país, pois isso é errado e não engrandece o Brasil.”

Movimento dos magistrados repercute no Plenário

Os senadores Ademir Andrade, Pedro Simon e Jefferson Péres comentaram ontem em Plenário o movimento deflagrado pelos magistrados em defesa do reajuste de seus vencimentos. Ademir disse que os trabalhadores que ganham salário mínimo poderiam paralisar o Brasil em uma grande greve nacional. Jefferson observou que o movimento dos juízes “foi extremamente danoso às instituições brasileiras”.

Simon afirmou que os governantes estão falhando na missão de criar regras estáveis para os salários no setor público.



Jefferson: solução encontrada deixa mal a Justiça, por ter preferido “saída casuística”

Jefferson aponta danos às instituições

Na avaliação do senador Jefferson Péres (PDT-AM), mesmo sem ter sido deflagrada, a anunciada greve dos juízes “foi extremamente danosa às instituições, pois ficará difícil para um tribunal do Trabalho declarar a ilegalidade de uma greve de outra categoria profissional”.

— Não posso conceber uma greve de magistrados, muito menos por tempo indeterminado. E se o Congresso Nacional, as Forças Armadas e as polícias militares resolverem declarar greve? Quem vai julgar a legalidade? — indagou.

Jefferson Péres acredita que a solução encontrada para abortar a greve dos juízes deixa mal a Justiça, por não ter encaminhado ao Congresso Nacional uma proposta de abono salarial e ter preferido “a saída casuística” do auxílio-moradia.

O senador disse que o Congresso também saiu desgastado do episódio, pois está há dois anos discutindo e não chega a um acordo para estabelecer um teto salarial único para os três Poderes. Ele perguntou se isso ocorria porque a definição do teto prejudicaria parlamentares, que, ao se aposentarem, acumulariam salários, recebendo mais do que o teto. Para Jefferson, não há razão para não acumular o salário de parlamentar a uma aposentadoria. “Se esse acúmulo não é possível, fixe-se o teto e corte-se a aposentadoria dos parlamentares”, sugeriu.

Simon cobra regras para o setor público

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) questionou a decisão do Supremo Tribunal Federal de conceder auxílio-moradia aos juízes. Ele entende que a concessão da liminar foi motivada pela necessidade de resposta rápida à ameaça de greve por parte dos magistrados, mas chamou a atenção para o fato de que os governantes estão falhando na sua missão de criar regras salariais estáveis para o setor público. “Quando nós não nos entendemos, querer que o resto do país se entenda é pedir demais”, disse.

Conforme Simon, o Brasil está dividido em três países: o dos ricos, o da classe média (em que estariam incluídos os juízes e parlamentares) e o dos pobres. Este último, acrescentou, só seria visto pelos governantes na época das eleições. O senador entende que a discussão mais importante no momento é como diminuir a diferença entre os extremos da pirâmide salarial — que no Brasil ultrapassa a 90 vezes. Na Alemanha, observou o senador, essa diferença é de oito vezes.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) defendeu tanto a elevação do mínimo quanto o reajuste dos salários dos magistrados e do setor público em geral, por entender que a queda no padrão de vida deteriora a saúde das instituições.



Simon defende esforço no sentido de reduzir a distância entre os menores e os maiores salários



Para Ademir, descumprimento de artigo sobre direitos dos trabalhadores justificaria greve

Ademir: juízes estimulam trabalhadores

Ao comentar a decisão do ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal (STF), de conceder liminar garantindo aos juízes federais auxílio-moradia de até R\$ 3 mil, depois que a categoria ameaçou entrar em greve por tempo indeterminado, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) encorajou os trabalhadores que ganham salário mínimo a paralisarem o Brasil em uma grande greve nacional.

Ademir Andrade disse que o artigo 7º da Constituição federal, que trata dos direitos sociais, justificaria a greve dos trabalhadores, uma vez que seus direitos não estão sendo respeitados. A Constituição estabelece como direito dos trabalhadores um salário mínimo capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.

— Se um juiz federal, cujo menor salário é de R\$ 5 mil e ainda tem carro à disposição, funcionários, telefone, conta de correio e uma série de mordomias, pode ameaçar fazer greve, imagine quanta razão tem para entrar em greve o povo brasileiro que ganha um salário mínimo de R\$ 136 — comparou Ademir, que foi apartado pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

PROJETOS, DISCURSOS, VOTAÇÕES...

ACOMPANHE AS ATIVIDADES DO SENADO

WWW.SENADO.GOV.BR

Lauro espera mudanças na atuação do FMI e do Bird

Para senador, depois de 40 anos, os dois organismos se convenceram da necessidade de oferecer tratamento diferenciado aos países mais pobres

O senador Lauro Campos (PT-DF) elogiou ontem a iniciativa anunciada pelo Banco Mundial (Bird) de passar a fazer doações, em vez de empréstimos, aos países pobres. Na opinião do senador, o Bird e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estão começando a “criar vergonha na cara”, ao anunciar uma mudança “radical” nos objetivos dos dois órgãos de fomento internacional.

Lauro Campos referiu-se também à provável proposta do governo norte-americano, que deverá defender a concentração do FMI em financiamentos de curto prazo para a solução de crises nas economias emergentes.

O senador disse esperar há 40 anos uma notícia como essa e creditou a atitude do governo norte-americano ao alto nível a que chegou a dívida externa dos países pobres. “Hoje, a dívida bloqueia a



Lauro Campos elogiou a decisão do Banco Mundial (Bird) de substituir os empréstimos pelas doações às nações em desenvolvimento

dinâmica do comércio internacional”, avaliou.

Segundo o parlamentar, a iminente mudança de rumos nos organismos internacionais representa uma oportunidade de os países subdesenvolvidos buscarem alternativas aos efeitos nocivos da globalização.

— Agora parece que os Estados Unidos prometem transformar o

fluxo de capital feito através do Banco Mundial para a América Latina em doações. Isso possibilitará a sobrevivência do continente e permitirá que nós possamos continuar a tentar encontrar os caminhos do nosso desenvolvimento, tão bloqueados pela ideologia neoliberal e globalizante e pelos instrumentos internacionais de dominação — afirmou.

Iris Rezende homenageia educador morto em Goiânia

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) manifestou, em discurso no Plenário, pesar pela morte do professor Paulo Rodrigues de Lima, diretor da Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas. O diretor morreu na semana passada, em Goiânia.

Paulo de Lima dedicou-se exclusivamente à educação, trabalhando na formação de profissionais de nível superior, para suprir as necessidades do mercado de trabalho de Goiás e do Centro-Oeste, recordou o senador. A dedicação do professor à causa do ensino e da cultura, acrescentou Iris, foi responsável pela formação de “uma base sólida para ajudar na sustentação do grande desenvolvimento socioeconômico experimentado pelo estado de Goiás nas últimas décadas”.

— O professor, ao lado de seus companheiros da Faculdade Anhangüera, interiorizou o ensino superior em Goiás, contribuindo sobremodo para que a juventude, mormente os jovens de origem mais humilde, pudessem ter acesso à faculdade — disse.

Segundo o senador, a interioriza-



Iris destacou o papel de Paulo de Lima na interiorização do ensino de nível superior em Goiás

ção do ensino no estado resultou no barateamento dos custos da educação, e a mão-de-obra ali qualificada pôde ser utilizada no atendimento do mercado local, com menos gastos para as empresas e indústrias empregadoras.

— Goiás perde não apenas um filho querido, mas um dos seus mais ilustres e dignos educadores, a quem rendo minha homenagem póstuma de amigo e companheiro de longa jornada — concluiu Iris, manifestando pesar para a viúva, d. Maria Amélia de Azevedo Lima, e os demais parentes do professor.

Tebet comemora anúncio de instalação de três termelétricas em Mato Grosso do Sul

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou no final da semana passada que Mato Grosso do Sul terá três termelétricas movidas pelo gás importado da Bolívia, informou ao Plenário o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). O presidente garantiu ainda que a usina de Corumbá, cidade às margens do rio Paraguai e na divisa com a Bolívia, comprará o gás por preço mais baixo, conforme o senador.

— Não vejo sentido no fato de o gás ter um preço baixo a poucos quilômetros de Corumbá, em terras da Bolívia, e a termelétrica da cidade ser obrigada a pagar um preço pelo combustível como se estivesse localizada em São Paulo — disse Ramez Tebet.

Ele observou que, embora o cidadão comum não veja importância nessa discussão, o gás da Bolívia reduzirá os custos energéticos das indústrias em 30%, permitindo que elas ofereçam produtos mais baratos. Segundo o senador, as outras duas termelétricas garan-



Segundo Tebet, o gás mais barato permitirá reduzir em 30% os custos energéticos das indústrias

tidas pelo presidente Fernando Henrique a Mato Grosso do Sul ficarão em Campo Grande. Uma quarta usina poderá ser construída em Três Lagoas.

Para Tebet, a construção das termelétricas mostra que finalmente o desenvolvimento está chegando “ao extremo interior do país”, porque “sem eletricidade hoje não há progresso”. Corumbá, na expressão de Ramez Tebet, “até agora é uma cidade isolada do país” e só a oferta de eletricidade e a construção de uma ponte sobre o rio Paraguai, já iniciada, mudarão esse quadro. Ele informou que Mato Grosso

do Sul é rico em minérios e a Companhia Vale do Rio Doce já admite a possibilidade de instalar uma indústria siderúrgica na região, usando o gás importado. Acrescentou que as três usinas deverão estar funcionando em quatro anos.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) informou que o presidente da República anunciou um programa para construção de 42 termelétricas no país, incluindo algumas na Amazônia, inclusive em Roraima. No caso do Amazonas, a idéia é aproveitar o gás descoberto pela Petrobras em Urucu.

Moreira diz que programa mobilizará R\$ 11 bilhões

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) saudou ontem o lançamento do Programa Prioritário de Termoeletricidade 2000-2003, feito no último dia 24 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

O programa reúne mais de 20 empresas privadas nacionais e estrangeiras. Segundo Moreira Mendes, Rondônia receberá 404 megawatts dos 15 mil que serão gerados pelo programa. “Com investimentos privados, será instalada inicialmente a

Termonorte I, que atenderá a demanda de energia da capital, Porto Velho, e municípios vizinhos”, disse.

O programa, conforme o senador, será complementado com a instalação de uma segunda usina, com o apoio da Eletronorte.

— A Termonorte II será responsável pela geração de 340 megawatts. Com o somatório das duas usinas, ficarão cobertos não só o resto do estado de Rondônia como também diversos municípios do Acre. O programa aumenta de 7% para 20% a



Moreira Mendes: Rondônia receberá 404 dos 15 mil megawatts a serem gerados

geração de energia de origem térmica no Brasil — afirmou. Moreira Mendes destacou que as usinas termelétricas utilizarão gás natural e combustíveis encontrados em reservas nacionais, como o carvão mineral e o xisto.

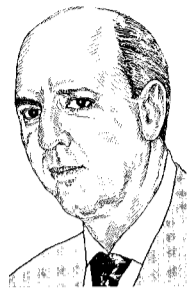
O senador revelou que serão investidos cerca de R\$ 11 bilhões em três anos, por grandes empresas do setor de gás, como a norte-americana Enron, a inglesa British Petroleum, a japonesa Marubeni e as nacionais Eletrobrás, Petrobras e Gaspetro.

Arruda e prefeito debatem soluções para o Entorno

O programa *Cidadania* que a TV Senado exibe hoje, às 18h30, promoveu um debate com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e o prefeito de Luziânia (GO), Valcenor Braz de Queiroz, sobre os problemas e as perspectivas da região metropolitana do Distrito Federal, conhecida como Entorno de Brasília. Para Arruda, a situação em que se encontra a região decorre de vários erros que foram sendo cometidos

nesses 40 anos desde que a capital foi inaugurada:

— A única maneira de reverter o quadro atual é desenvolver o Entorno, para que Brasília cresça de dentro para fora. O ideal é criar para Brasília um novo modelo de desenvolvimento — avalia.



Arruda

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Unip*: Papiloma vírus III
6h30 — *Cidadania*: Senador José Roberto Arruda e o Prefeito Valcenor Braz de Queiroz falam da área metropolitana do Distrito Federal
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Senador Eduardo Suplicy fala sobre a convocação extraordinária
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*

8h30 — *TV Escola* — crônicas da terra: Yanomami
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
9h30 — *Entrevista*: Senador Leomar Quintanilha fala sobre o uso de sensores para prevenir acidentes com gás
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após: Comissão de Educação (gravada)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Sociais
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (representação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Fogaça: proteção para São Paulo causou guerra fiscal

Senador gaúcho diz que todo esforço é válido para enfrentar a grande concentração de riqueza que há um século beneficia paulistas

Qualquer iniciativa ou medida tomada por parte de um governador, no sentido de atrair investimentos e indústrias para o seu estado, é apenas uma gota perto do oceano de um século de favorecimento da concentração industrial em São Paulo. A afirmação é do senador José Fogaça (PMDB-RS), ao analisar ontem a origem da atual guerra fiscal entre estados brasileiros e as acusações de que essa situação estaria prejudicando o país. O senador apresentou o livro *La Economía Política de la Pobreza, la Equidad y el Crecimiento: Brasil y México*, do economista Angus Maddison, e que lhe foi recomendado pelo embaixador Rubens Ricupero.

De acordo com Fogaça, a pesquisa realizada por Angus Maddison demonstra uma política econômica centrada na manipulação casuística de impostos e na restrição à importação de produtos que passassem a ser fabricados em São Paulo. “Na Primeira Re-



Fogaça: favorecimento para São Paulo sempre existiu, inclusive após a Revolução de 30

pública, bastava a um industrial fabricar um produto novo que o governo central estabelecia proteção e garantia de monopólio do mercado com a proibição da importação desse produto”, explicou o senador.

Fogaça assinalou que mesmo após a Revolução de 30, provocada justamente pelo sentimen-

to de exclusão do desenvolvimento econômico que era alimentado pelo Rio Grande do Sul e pelo Nordeste, o processo de concentração de riqueza em São Paulo continuou com os antigos grupos oligárquicos, o aumento da proteção tarifária, a reserva de mercado e a manipulação do câmbio em favor dos industriais paulistas. “Vargas reforçou o modelo”, afirmou.

Parte dessa proteção, disse o senador, foi transferida, após a Constituinte de 1946, às empresas estrangeiras que se instalavam no Brasil, notadamente a indústria automobilística, que obteve subsídios e câmbio favorável para a importação de maquinário usado. “O Tesouro arcava com os custos desse subsídio para garantir a industrialização de São Paulo, a concentração de renda e de desenvolvimento”, explicou Fogaça.

Francelino cobra regulamentação da lei das microempresas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu ontem a regulamentação da lei que obriga o Estado a dar tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. Proposta pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a lei foi sancionada em outubro, mas os empresários e a população ainda não estão podendo se beneficiar das vantagens administrativas, tributárias e previdenciárias nela previstas. O prazo para regulamentação previsto no texto, de 90 dias, expirou em 5 de janeiro.

Durante a solenidade de sanção da lei, realizada no Palácio do Planalto, o governo lançou o programa Brasil Empreendedor, que deixou esperanças milhares de pessoas, diante da modernidade que a lei representa para a economia brasileira, de

acordo com o senador. Um dos resultados mais esperados é a criação de empregos, já que as pequenas empresas são responsáveis por dois terços dos postos de trabalho no país:

— A geração de empregos é provavelmente a prioridade número um do Brasil, tendo em vista o aumento populacional e o elevado índice de desemprego que a nação ostenta — disse Francelino.

Estatísticas citadas pelo senador dão conta de que, dos seis bilhões de seres humanos, um bilhão estão desempregados. O Brasil é o terceiro colocado em termos mundiais em número de trabalhadores sem ocupação. Francelino Pereira observou que as cidades estão se expandindo rapidamente, provocando o crescimento de favelas:



Francelino disse que micro e pequenas empresas são grandes geradoras de empregos

— É preciso facilitar a criação de empresas de fundo de quintal — disse o senador.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou que a Constituição determina em seu artigo 179 que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios dêem tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas no campo jurídico, administrativo, tributário, previdenciário e creditício.

Notícias do Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado no instante em que elas estão acontecendo

www.senado.gov.br

Alcântara sugere mudança nas normas sobre livre concorrência

Senador lamenta demora na análise da proposta de fusão de cervejarias e defende uma legislação que propicie maior agilidade

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu uma rápida reformulação na legislação que trata da garantia de defesa da livre concorrência. Ele justificou sua posição citando o caso da fusão das companhias de cerveja Brahma e Antarctica, que, apesar de ter sido anunciada há sete meses, ainda não foi concretizada em virtude de órgãos do governo não terem chegado a uma conclusão se as empresas formariam ou não um monopólio.

Ainda sobre a fusão da Brahma e da Antarctica, Lúcio Alcântara defendeu o rápido esclarecimento das denúncias de tentativa de suborno de integrantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), encarregado de julgar a legalidade da fusão das cervejarias, para que votassem a favor do negócio.

— É necessário que o inquérito da Polícia Federal seja concluído o mais rápido possível, para que os fatos sejam esclarecidos e a



Alcântara acha que a fusão já é realidade: "O que pode vir a ocorrer é a desfusão"

população possa conhecer realmente se houve algo que possa afetar a credibilidade do Cade e de seus integrantes. Queremos uma conclusão definitiva, para que não paire mais nenhuma dúvida — afirmou Lúcio Alcântara.

O senador disse que, apesar da morosidade na análise pelos órgãos do governo do negócio fechado entre a Brahma e a Antarctica, na prática a fusão já ocorreu. Para Lúcio Alcântara, "o que talvez ocorra é a desfusão", se o Cade chegar à conclusão de que a

AmBev monopolizará o mercado cervejeiro do Brasil.

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) concordou que a decisão sobre a fusão da Brahma e da Antarctica está demorando. Ele disse que, se a globalização é irreversível, fatalmente as empresas de menor porte se verão obrigadas a competir com as maiores companhias do mundo, e que é necessário refletir se não seria importante para o país criar uma entidade privada em condições de resistir e enfrentar esse tipo de competição.

Eduardo Siqueira Campos destaca apoio a eventos culturais no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou a promoção de eventos culturais patrocinados pela Tele Centro Sul, empresa de telecomunicação que atua no Tocantins, desde o segundo semestre de 1999. "Quando a companhia começou a operar, uma ação conjunta com o governo do Tocantins possibilitou ao estado ser incluído no circuito dos grandes espetáculos e produções cinematográficas, teatrais, de dança e artes plásticas", disse.

Os filmes *No coração dos Deuses*, inteiramente rodado no Tocantins, *Performance Nacional* e *Uma Farsa Irresponsável* foram apontados pelo senador para exemplificar o sucesso da parceria. Para este ano, a empresa já confirmou o patrocínio do livro *Registro Fotográfico da Arte de Tocantins*, a montagem e



Eduardo exalta parceria entre estado e iniciativa privada em favor da cultura

apresentação do espetáculo de dança *Mataúá — Ry*, de temática indígena, encenado pelo grupo local Contagius, e a oficina de teatro e dança contemporânea a ser ministrada pelo bailarino do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Marcelo Misaidilis. "Esses três eventos somam recursos de quase R\$ 200 mil", informou Eduardo Siqueira Campos.

O senador exaltou a parceria

entre estado e iniciativa privada como uma maneira de proporcionar a "descoberta do Norte e Centro-Oeste" e sua inserção no mundo globalizado sem a perda de raízes e identidade do povo. "Os valores que estão sendo apresentados por parte da mídia nacional não correspondem às características da cultura nacional", comentou Eduardo.

Ernandes Amorim quer divulgação de sanções a crimes ambientais

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) fez um apelo para que o Ibama divulgue o decreto, de setembro do ano passado, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. De acordo com o documento, haverá multas para a pesca esportiva e comercial irregulares, variáveis de R\$ 500 a R\$ 100 mil, mais a apreensão de todo o equipamento utilizado.

— Torna-se necessário divulgar o decreto e as sanções, prevenindo os que vivem da pesca e os que procuram a Amazônia como opção de lazer, para que não sejam colhidos de surpresa por uma lei que não é dado a ninguém desconhecer — afirmou.

Amorim também informou ao Plenário que estava encaminhando à Secretaria Especial de Edição e Publicações do Senado um



Ernandes Amorim pretende evitar que pescadores sejam surpreendidos pelas sanções

pequeno manual, que servirá de orientação quanto à legislação sobre a pesca na região amazônica. No manual, o senador inclui informações sobre modalidades de pesca, espécies de peixes da região e sobre a piscicultura.

Rocha propõe ampliar prazo de garantia de construtores para 10 anos

Foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que assegura dez anos de garantia nos serviços de construções residenciais, comerciais e obras públicas. Caso seja aprovado e não haja recurso de pelo menos nove senadores, o projeto irá à Câmara dos Deputados, sem passar pelo Plenário do Senado.

O projeto altera o art. 1.245 do Código Civil, ampliando de cinco para dez anos a responsabilidade do contratado na realização das obras. Dois incisos complementam o projeto. O primeiro responsabiliza, também, os serviços terceirizados utilizados durante a obra, e o segundo prevê que essas garantias não constituirão ônus para o contratante.

Na justificação do projeto, o senador lembrou que o texto foi promulgado em 1916, "época em que a sociedade primava pela seriedade nas relações interpessoais e comerciais, tanto que há edifi-



Sebastião Rocha lembra que a norma em vigor foi aprovada em 1916

cios construídos naquele tempo que ainda se mostram aptos ao bom uso". Sebastião Rocha acredita que a proposta prestigiará as empresas que zelam pelo bem-estar da sociedade, afastando "construtores aventureiros que erguem edifícios que com menos de dez anos apresentam fissuras e alguns até desabam".